

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	8
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	15
5.5 - Alterações significativas	19
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	20

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	21
10.2 - Resultado operacional e financeiro	45
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	48
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	53
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	54
10.8 - Plano de Negócios	55
10.9 - Outros fatores com influência relevante	57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócio da Companhia, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 6 de maio de 2021 e sua aplicação é monitorada pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso website de relações com investidores: <https://ri.dotz.com.br>.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados às atividades da Companhia ou seu setor de atuação.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- (a) Riscos Estratégicos: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente; além dos riscos relacionados à atuação da concorrência e o risco de imagem, que podem vir a causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia;
- (b) Riscos Operacionais: riscos decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia;
- (c) Riscos de Conformidade: riscos decorrentes da falta de aderência ou riscos relacionados ao não cumprimento de normas legais, em quaisquer áreas e esferas, tais como tributários, trabalhista, cíveis, regulatórios, etc.; e
- (d) Riscos Financeiros: sendo (i) riscos de mercado – decorrentes da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities; (ii) riscos de crédito - definidos como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e (iii) Riscos de Liquidez - Possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos que adotamos foi elaborado à luz do disposto no “ISO 31000.2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos”:

Processo de Avaliação:

A avaliação de riscos é realizada, principalmente, de acordo com o previsto abaixo:

- (a) identificação dos fatores (causas) de Riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- (b) análise dos principais Riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos Riscos, conforme Matriz de Risco abaixo:
- (c) priorização e definição do limite (ou apetite) de cada Risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os Riscos como de acordo com a matriz de priorização de riscos e as definições abaixo:

I - Risco Inaceitável: Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência.

II - Risco Inesperado: Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer.

III - Risco Provável: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio – Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.

IV - Risco Aceitável: Riscos de baixo impacto e frequência, devendo a necessidade de monitoramento contínuo ser avaliada “caso a caso” e considerando existência ou não de precedentes negativos.

Tratamento

Após a avaliação, os riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da área de Compliance e Controles Internos da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos Limites do Risco aprovado.

A área de Compliance e Controles Internos da Companhia auxiliará a administração na resposta a ser dada aos riscos detectados, ou seja, sua (i) aceitação, (ii) eliminação, (iii) mitigação ou (iv) transferência à terceiros, sendo que as ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar o atendimento de tal resposta observados os limites aceitáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Comunicação e Consulta

A comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia, sobre riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias nos processos de gerenciamento.

O processo de gerenciamento de riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

Monitoramento

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita abaixo.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por:

- (a) aprovar as políticas, diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria e recomendado pelo Comitê de Auditoria não estatutário;
- (b) fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;
- (c) avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria;
- (d) aprovar orçamentos próprios para o Comitê de Auditoria Não Estatutário e para a área de auditoria interna, destinado a cobrir despesas com o desempenho de suas funções; e
- (e) avaliar, por meio do Comitê de Auditoria não estatutário, a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos.

Diretoria

A Diretoria é responsável por:

- desenhar as diretrizes, Matriz/Modelagem de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos Riscos;
- definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos dentro da Companhia;
- definir, em conjunto com a área de controles internos, os planos de ação para mitigação dos Riscos;
- supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de risco; e
- disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Comitê de Auditoria não estatutário

Compete ao Comitê de Auditoria não estatutário, com reporte para o Conselho de Administração:

- opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas;
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos

Os gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos de gerenciamento de riscos, com reporte para a Diretoria e como segunda linha de defesa, são responsáveis por:

- identificar e gerenciar os riscos da respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;
- comunicar, tempestivamente, à Área de Gerenciamento de Riscos, por intermédio de qualquer de seus membros, se os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco; e
- implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

Áreas de Controles Internos

Compete à área de controles internos da Companhia, como segunda linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

- administrar o sistema de gerenciamento de Risco;
- fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;
- apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- acompanhar a Diretoria na implantação da Política de Partes Relacionadas por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos; e
- propor treinamentos para as áreas envolvidas sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de risco.
- A área de controles internos da Companhia é autônoma, embora suas atividades sejam reportadas e acompanhadas Diretoria. Os membros da área de controles internos não podem acumular funções com atividades operacionais, nos termos do artigo 24 do Regulamento do Novo Mercado.

Área de Compliance da Companhia

Compete à área de Compliance da Companhia, como segunda linha de defesa, a qual se reporta diretamente ao Conselho de Administração:

- (a) administrar o sistema de gerenciamento de Risco, em conjunto com a área de controles internos;
- (b) fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda, em conjunto com a área de controles internos;
- (c) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos, em conjunto com a área de controles internos;
- (d) apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado, em conjunto com a área de controles internos;
- (e) propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco, em conjunto com a área de controles internos;
- (f) supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes, em conjunto com a área de controles internos;
- (g) acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas, em conjunto com a área de controles internos;
- (h) avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições, em conjunto com a área de controles internos;
- (i) cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração, em conjunto com a área de controles internos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(j) comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas, em conjunto com a área de controles internos;

(k) assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos, em conjunto com a área de controles internos;

(l) propor treinamentos para as áreas envolvidas sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de risco, em conjunto com a área de controles internos;

(m) ser responsável por executar a revisão Código de Conduta, quando necessário, para adaptar ou incluir novas diretrizes ou conceitos até então não previstos; tendo a responsabilidade de conceder sua ampla divulgação, coordenando e operacionalizando treinamentos presenciais, treinamentos

on-line, ou através de campanhas internas de comunicação e conscientização sempre que necessário, e no mínimo com periodicidade anual.

(n) assessorar continuamente toda a operação da Companhia acerca da Ética, revisando o conteúdo a ser divulgado em todos os documentos da companhia, dirimir quaisquer dúvidas quanto a possíveis divergências de interpretação em relação ao conteúdo divulgado nos documentos de Ética da

Companhia, e promover as devidas adequações, quando necessário, coordenando e autorizando sua publicação; e

(o) definir diretrizes para a operação da ferramenta de denúncias da Companhia, chamado “Canal de Ética”, visando a captar, responder, esclarecer ou encaminhar aos responsáveis competentes as dúvidas e/ou denúncias de infração relacionadas à conduta ética, até que seja possível informar a solução do questionamento de forma confiável e sigilosa e, acima de tudo, livre de qualquer tipo de retaliação ou discriminação. Tem a responsabilidade de cobrar de todos o sigilo, a qualidade e a brevidade no tratamento dos casos relatados no “Canal de Ética” disponível em: <https://www.canalconfidencial.com.br/DOTZ>

Auditoria Interna

Compete auditoria interna da Companhia, ou ao auditor independente registrado na CVM e contratado pela Companhia, conforme o caso, como terceira linha de defesa, a qual se reporta diretamente ao Conselho de Administração:

- aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controles internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Não adotamos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado. De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de maio de 2021, os Riscos de Mercado, tal qual os demais Riscos gerenciados por tal Política, são monitorados, classificados e relatados à Administração da Companhia, que buscará as ações adequadas para sua mitigação/eliminação.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia visa a estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos. O gerenciamento de riscos da Companhia é composto por 4 (quatro) etapas: (i) processo de avaliação; (ii) tratamento; (iii) comunicação e consulta; e (iv) monitoramento.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais buscamos proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor conforme nosso plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de crédito, risco de liquidez.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não possuímos uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas podemos utilizar derivativos, dentro dos limites aprovados pela nossa administração, com o propósito de proteção (*hedge*) para os riscos de mercado aos quais a Companhia está sujeita, em especial, o risco cambial e o risco de taxa de juros para risco cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não possuímos parâmetros objetivos para o gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos, pois entendemos que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Nós não operamos instrumentos financeiros com objetivos especulativos, mas somente instrumentos financeiros para fins de proteção patrimonial.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos segue o modelo de “Três Linhas de Defesa”, no qual o gerenciamento dos Riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento de nossos riscos de mercado e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras e demais informações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de *compliance* encontram-se detalhados na Seção 5.4.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, instalamos o Comitê de Auditoria não estatutário que deverá elaborar, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que será divulgado pela Companhia, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda recomendações ao Conselho de Administração.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Possuímos um Comitê de Auditoria não estatutário que, nos termos de seu Regimento Interno, tem como principais atribuições:

- (i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras, bem como acompanhar o orçamento anual e o orçamento de capital da Companhia;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

A área de Compliance e Controles Internos está a cargo de comandar os trabalhos de mapeamento de processos, identificação dos riscos e controles, seguido pelas áreas de negócio, as quais devem suportar o trabalho com o fornecimento de subsídios e narrativas dos processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A área de Auditoria Interna possui a função de nos auxiliar a alcançar todos os nossos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficiência dos processos.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o Auditor Independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia obtiveram entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, oportunidade em que identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Recomendação dos auditores
Processo de reconhecimento de receitas	<p>A Companhia não possui um processo integrado entre os sistemas de contabilidade e os suportes gerenciais no que diz respeito ao reconhecimento da receita, uma vez que o controle e recálculo da apropriação das receitas diferidas é realizado em planilha excel e foram identificadas diferenças entre a informação utilizada para o cálculo em excel e os dados do sistema (como por exemplo quantidade de pontos). Outro ponto consiste na ausência de revisão adequada deste processo e procedimentos tempestivos de reconciliação.</p> <p>Com relação as estimativas aplicadas para reconhecimento de parte da receita, foi identificado que nem todas as premissas eram suportadas diretamente por uma documentação previamente elaborada para fornecer suporte às conclusões da Administração.</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

	<p>Recomendou-se à Administração implementar em sua matriz os procedimentos formalizados para garantia das informações utilizadas para cálculo dos valores a serem apropriados como receita e que todos os suportes sejam devidamente conciliados e submetidos a revisão detalhada por nível adequado. Adicionalmente, recomendou-se preparar todos os suportes antecipadamente que corroborem a conclusão da Administração quanto as premissas utilizadas e essas premissas devem estar formalizadas em política sobre o reconhecimento de receita.</p>
Capitalização de gastos com desenvolvimento e amortização	<p>Foi identificado (i) falta de controle das capitalizações por projeto, aprovações e revisões tempestivas; (ii) falta de adequada documentação das movimentações do intangível relacionadas as adições, baixas e transferências de forma bruta por custo e amortização; (iii) falta de controle sobre a adequada ativação dos ativos conforme finalização dos projetos; e (iv) falta de controle relacionado ao acompanhamento dos projetos em andamento, bem como análise de indicativo de <i>impairment</i> no mínimo anualmente.</p> <p>Recomendou-se à Administração implementar controles adequados para registro e revisão dos itens capitalizados, a fim de garantir que todos os itens estão relacionados diretamente a um projeto específico e que esses projetos sejam revisados tempestivamente a fim de garantir que projetos cancelados ou substituídos sejam devidamente baixados. A movimentação do Ativo Intangível deve ser elaborada no mínimo trimestralmente e deve ser conciliada com as bases correspondentes e registro contábil, bem como ser submetido a revisão adequada. Para capitalização de mão de obra própria, a Administração deve formalizar em política os critérios utilizados para definição de mão de obra utilizada em desenvolvimento interno e que é objeto de capitalização e manter os suportes dos montantes registrados devidamente conciliados e revisados.</p>
Contas a pagar e provisão de fornecedores a pagar	<p>Foi identificado que alguns problemas de integração sistêmica geraram a necessidade de cálculos adicionais e análises em planilhas excel, dificultando o processo de conciliação entre o suporte gerado e o número contabilizado. Além disso, foi verificado que a Companhia não possui controle de provisão versus real por fornecedor, de forma que a provisão hoje é constituída mediante diferença entre o custo esperado e o total de notas fiscais lançadas. Foi também identificado um descasamento entre os lançamentos dos valores de descontos por bonificação e as notas fiscais, gerando fornecedores com saldo devedor na composição analítica de Contas a Pagar.</p> <p>Recomendou-se à Administração corrigir os erros de integração no sistema SAP a fim de garantir que todas as notas fiscais sejam corretamente e tempestivamente contabilizadas, além de estabelecer</p>

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

	procedimentos robustos de conciliação e controles dos saldos por fornecedor, de forma a garantir que a provisão registrada está correta.
--	--

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Em relação às deficiências mencionadas no item acima, a administração da Companhia está trabalhando na revisão do processo de encerramento das demonstrações financeiras e inclusão de controles e políticas relacionados (i) ao reconhecimento de receitas conforme requerimentos das normas brasileiras e internacionais de contabilidade; (ii) ao registro e revisão dos itens capitalizados; (iii) elaboração da movimentação do ativo intangível trimestralmente; e (iv) correção dos erros de integração no sistema SAP.

Vale ressaltar que a Companhia tem como valor o investimento em ações voltadas à melhoria dos processos e controles, em reforço ao comprometimento da administração em estruturar e manter o sistema de controles internos adequado e compatível com a complexidade e volume de negócios da Companhia. Nesse sentido, foi criado e instalado, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2021 um Comitê de Auditoria responsável por, entre outras funções, avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia. Além disso, houve a criação da Área de Auditoria Interna, que será responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, corroborando com a melhoria do processo de controles internos.

A administração espera endereçar por completo as deficiências mencionadas no item acima até o primeiro trimestre de 2022. A tabela abaixo indica as deficiências e planos de ação para endereçá-las:

Assunto	Plano de Ação
Processo de reconhecimento de receitas	Revisão dos procedimentos de contabilização de cada tipo de receita, considerando as necessidades de informação e a adequada integração entre os sistemas de pontuação/resgates e o SAP (contábil). Implantação de controles para conciliação e detecção de eventuais inconsistências na contabilização das receitas.
Capitalização de gastos com desenvolvimento e amortização	Revisão detalhada do processo de criação de projetos, envolvendo aspectos como: nome, codificação, propósito, benefícios econômicos futuros esperados e definição da vida útil estimada. Avaliação das necessidades de informação e de controles internos para acompanhar a evolução dos projetos e integrar o controle de gastos dos projetos para o SAP (contábil). Criação de procedimentos de revisão periódica da situação de cada projeto para fins de <i>impairment</i> e/ou ajuste da vida útil e amortização.
Contas a pagar e provisão de fornecedores a pagar	Revisão detalhada dos procedimentos contábeis e dos processos de contabilização das contas relacionadas ao contas a pagar e fornecedores, incluindo a provisão para

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

	trocas. Avaliação das necessidades de informação e controles internos para integrar o sistema financeiro ao SAP (contábil).
--	---

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (compliance), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, entre as quais se destacam aquelas descritas em nosso código de ética e conduta ("Código de Conduta") que foi recentemente atualizado e reformulado, conforme detalhado a seguir.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia tem como princípio a observância e o cumprimento das leis que afetam nossas atividades, padrões de comportamento alinhado aos nossos valores e ligados à estratégia de negócio. Ademais, temos como principais valores permanente fomento à transparência e a manutenção de boas práticas de governança corporativa.

É por causa disso que nossos riscos são continuamente reavaliados, no mínimo anualmente, e nossas políticas, procedimentos e práticas são adaptadas constantemente, de modo que nossa administração pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

Nesse sentido, buscando o nosso contínuo aperfeiçoamento, bem como a fim de desenvolver e aprofundar nossos princípios, a Companhia aprovou o seu Código de Conduta no Conselho de Administração em 19 de abril de 2021. Dentre as disposições do Código de Conduta, há a proibição expressa de qualquer forma de discriminação e assédio, e vedação de qualquer ato que possa caracterizar suborno, propina, empréstimo ou tratamento preferencial de clientes e parceiros em troca de uma relação existente ou futura com a Companhia. Assim, nenhum colaborador deve pagar, prometer ou autorizar um benefício pessoal (seja pagamento ou qualquer outro tipo de benefício), direta ou indiretamente, a qualquer funcionário de governo, tampouco oferecer e/ou receber presentes, vantagens ou entretenimento, realizar doações ou contribuições sociais em nome da Companhia, sem a obtenção da respectiva autorização necessária. No momento da contratação, os colaboradores devem assinar o Termo de Responsabilidade, que se encontra anexo ao Código de Conduta, por meio do qual declaram terem recebido, lido e entendido o Código de Conduta.

Adicionalmente, a Companhia também conta com uma Política Anticorrupção de modo a garantir que o Grupo Dotz apoie o combate à corrupção e ajudar a proporcionar um ambiente econômico equilibrado. A Companhia tem como obrigação manter livros, registros e contas refletindo todas as transações do Grupo Dotz de forma detalhada, precisa e correta. Todos os colaboradores da Companhia, indistintamente, devem zelar e se responsabilizar pelas transparências das relações da Companhia, garantindo que serão totalmente documentadas, devendo as contas refletirem de maneira precisa a sua natureza, conforme detalhado na referida Política.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Os departamentos Jurídico, Compliance e Controles Internos são responsáveis por desenvolver o programa de compliance e as ferramentas de compliance da Companhia, implementando ações contínuas para garantir a conformidade e a operacionalização efetiva dos processos relacionados, além de serem responsáveis pelo direcionamento estratégico do programa de compliance, inclusive por meio de recebimento e tratativas das denúncias de irregularidades, exceto aquelas relacionadas aos assuntos de competência do Comitê de Auditoria.

Embora não tenham sido formalmente criados, os departamentos Jurídico, Compliance e Controles Internos são estruturas autônomas que se reportam ao Comitê de Auditoria

De modo a garantir a independência do exercício de suas atividades, nenhum dos membros dos departamentos Jurídico, Compliance e Controles Internos cumula seu cargo com outras funções operacionais na Companhia. Tais membros possuem autonomia, imparcialidade e autoridade para exercerem suas atribuições, contando com recursos, materiais humanos e financeiros suficientes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

O Código de Conduta se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, e empregados, bem como colaboradores terceiros que se relacionam com a Companhia, independentemente da sua posição hierárquica ou área de atuação.

A Companhia cultiva relações éticas, verdadeiras e transparentes com governos, sociedades, clientes, acionistas, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e todos os demais públicos de interesse que se relacionam com a Companhia e contribuem para a realização da sua missão, a concretização da sua visão e a construção da sua marca e imagem institucional no dia-a-dia.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

A Companhia propicia treinamentos periódicos a todos seus colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e da necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta e nas demais políticas inerentes ao seu programa de integridade, bem como às normas e assuntos relevantes ao setor em que atua.

Tais treinamentos, de periodicidade mínima anual, são aprovados e conduzidos pela Diretoria Jurídica e pela área de Compliance e Controles Internos, que designarão as pessoas responsáveis para executá-los, observado o público que será treinado.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

As sanções a qualquer violação ao código ou a qualquer das normas relativas ao programa de compliance serão definidas pelo, sendo que a respectiva aplicação de quaisquer das medidas previstas será realizada diretamente pelo departamento Jurídico, Compliance e Controles Internos do Grupo Dotz, ou pelo superior imediato do colaborador envolvido, bem como deverá ser sempre precedida de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

orientação e/ou esclarecimento ao colaborador, de forma a assegurar a compreensão da situação ensejadora de aplicação da respectiva medida.

As seguintes medidas estão previstas no Código de Conduta: (a) carta orientativa; (b) orientação verbal; (c) advertência escrita; (d) suspensão, (e) suspensão por fato relevante, (f) Desligamento por justa causa. Caso a infração seja cometida por terceiros as sanções poderão ser: (a) auditoria; (b) notificação extrajudicial; (c) suspensão motivada do contrato; (d) bloqueio do terceiro; e (e) interrupção ou encerramento dos contratos vigentes.

Além das medidas acima, a critério do departamento Jurídico, Compliance e Controles Internos do Grupo Dotz, poderão ser tomadas medidas legais adicionais, administrativas ou judiciais, na esfera civil, trabalhista, criminal e/ou outras, caso aplicável.

• *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A atual versão do Código de Conduta foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de abril de 2021, e pode ser consultado no nosso website <https://ri.dotz.com.br>, bem como no website da CVM (cvm.gov.br).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui o canal “Canal de Ética para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Companhia.

Os relatos podem ser enviados a qualquer momento pelo website <https://www.canalconfidencial.com.br/dotz>

• *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

A Companhia conta com um canal de denúncias gerido externamente pela empresa ICTS Protivit.

• *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias por funcionários, fornecedores, clientes parceiros, ou terceiros.

• *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

A Companhia possui o Canal de Ética, gerido externamente, que garante o sigilo e o correto direcionamento das denúncias à área de Compliance e Controles Internos e Gente. O denunciante pode, a seu critério, realizar a denúncia de forma totalmente anônima ou identificada. Caso o relato envolva algum integrante da área de Compliance e Controles Internos e Gente, o envolvido não receberá a ocorrência e os demais integrantes analisarão o caso.

• *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

O Departamento Jurídico e de Compliance e o Departamento de Gente e Recursos Humanos são responsáveis pela apuração das denúncias, bem como por garantir que a elas seja conferido anonimato.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia realiza processo de *due diligence* previamente aos processos de aquisição ou reestruturações societárias envolvendo terceiros, por meio de assessores externos especificamente contratados para tanto. Um dos focos das respectivas auditorias é a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado neste item 5.4, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Em 6 de maio de 2021 nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Gerenciamento de Riscos, conforme detalhados nesta seção 5.

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos no item 4 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia apresentam, nesta seção 10 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação financeira e patrimonial da Companhia pela perspectiva da Administração. Os Diretores da Companhia discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos, ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar a condição financeira e patrimonial da Companhia.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e as Informações Trimestrais – ITR consolidadas da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR sobre a situação financeira e patrimonial da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira, patrimonial e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, conseqüentemente, em nossas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração ressalta a importância de destacar os fatores a seguir listados para melhor compreensão do prejuízo acumulado, do excesso do passivo circulante sobre o ativo circulante e do passivo a descoberto:

- Receita líquida: inobstante a crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19, a receita líquida do exercício de 2020 reduziu 12,7% em relação ao exercício de 2019 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, manteve-se estável com crescimento de 0,2% em comparação ao mesmo período de 2020, denotando resiliência do modelo e das receitas em ambiente econômico extremamente adverso;
- Investimentos: a Companhia realizou investimentos na aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível de R\$8.497mil, R\$14.838 mil, R\$21.133 mil e R\$3.042 mil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, respectivamente. Esses investimentos foram preponderantemente direcionados a controlada DotzPay, que ainda não gera receitas, reforçando ainda mais a convicção dos Diretores com o futuro da Companhia mediante a inserção da conta digital em seu ecossistema;
- Procedimento contábil de reconhecimento da receita: o reconhecimento de receita da Companhia é realizado de forma gradual, seguindo os resgates e a vida dos pontos não utilizados, ao passo que as despesas são levadas à demonstração do resultado imediatamente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

quando incorridas. Esse fato contribui para os resultados contábeis observados e para o passivo a descoberto.

- **Passivo e receitas diferidas:** as práticas contábeis da Companhia definem que o faturamento pela venda de pontos seja, em um primeiro momento, reconhecido como receita diferida no passivo. Este passivo possui natureza distinta de passivos onerosos como, por exemplo, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, e representam mais da metade do passivo total da Companhia;
- **Prêmios a distribuir:** este passivo compreende a obrigação de entregar os prêmios resgatados e é integralmente classificado no passivo circulante. Entretanto, o prazo efetivo de cumprimento da obrigação depende da iniciativa dos clientes e, também, do preço em Dotz dos itens do catálogo;
- **Endividamento sob controle:** não há dívidas vencidas, considerando que obtivemos *waivers* no decorrer de 2021 pelo não atingimento de alguns *covenants*. O endividamento bancário (empréstimos e financiamentos) soma R\$ 31.740 mil em 31 de março de 2021, redução de 15,8% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2020. As debêntures conversíveis em ações totalizavam R\$ 94.282 mil em 31 de março de 2021 aumento de 4,8% quando comparado ao saldo de R\$89.965 mil em 31 de dezembro de 2020.

Considerando o exposto acima, muito embora a Companhia possua passivo circulante líquido (capital circulante negativo), passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), geração de caixa das atividades operacionais negativa e tenha apurado prejuízo nos últimos anos, conforme indicado nas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR da Companhia, os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução de seu plano de negócios, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Os Diretores destacam, no entanto, que estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira assim como eventos extraordinários como a pandemia de COVID-19.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial:

	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
(em milhares de R\$)	2021	2020	2019	2018
Total do ativo circulante	129.250	144.388	202.642	119.864
Total do ativo não circulante	54.880	55.378	61.303	41.884
Total do ativo	184.130	199.766	263.945	161.748
Total do passivo circulante	315.823	336.369	289.615	274.857
Total do passivo não circulante	257.380	231.113	278.031	172.156
Total do patrimônio líquido	(389.073)	(367.716)	(303.701)	(285.265)
Total do passivo e patrimônio líquido	184.130	199.766	263.945	161.748

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Já o passivo circulante é constituído em especial por receitas diferidas e prêmios a distribuir fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar. Destacam-se neste período a evolução do passivo não circulante e do patrimônio líquido. Esta evolução, contudo, não pode ser avaliada sem que se considere os efeitos da metodologia de reconhecimento de receita adotada pela

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia e os movimentos de investimento realizados nos últimos exercícios, descritos no item 7.1, sobre a estrutura patrimonial. A receita relacionada ao *spread* e *breakage* são inicialmente diferidas sendo, desta forma, reconhecidas inicialmente na rubrica receita diferida e prêmios a distribuir no passivo circulante e não circulante e reconhecidas no resultado em 1/48 avos mensais ao longo da vida dos pontos de forma linear, desta forma, na visão dos Diretores da Companhia o passivo circulante e não circulante relativo ao saldo de *breakage* e receitas diferidas não representam uma obrigação de desembolso de caixa por parte da Companhia e, desta forma, deve ser levado em consideração quando da análise da estrutura de capital da Companhia. O somatório desses saldos foi de R\$ 217.701 mil em 31 de março de 2021 e R\$ 213.070 mil, R\$ 218.693 mil e R\$ 212.176 mil em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

A tabela abaixo demonstra a abertura da receita diferida e prêmios a distribuir em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e sua representatividade no passivo total da Companhia.

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de março de		Em 31 de dezembro de					
	2021	%	2020	%	2019	%	2018	%
Prêmios a distribuir	74.938	13,1%	80.006	14,1%	92.462	16,3%	73.209	16,4%
<i>Breakage</i> e receitas diferidas (a)	217.701	38,0%	213.070	37,5%	218.693	38,5%	212.176	47,5%
Programa de exclusividade de bandeira (b)	6.133	1,1%	6.533	1,2%	-	-	-	-
Receita diferida e prêmios a distribuir	298.772	52,1%	299.609	52,8%	311.155	54,8%	285.385	63,8%
Total do passivo	573.203	100,0%	567.482	100,0%	567.646	100,0%	447.013	100,0%

- (a) Este montante é reconhecido como receita ao longo do tempo de vida dos pontos 1/48 avos (quatro anos).
 (b) Referente a exclusividade na celebração de contrato firmado pela controlada DotzPay por prazo de cinco anos e que está sendo levado ao resultado como receita em 60 parcelas, contadas a partir de fevereiro de 2020.

Em dezembro de 2019, visando fortalecer a posição de caixa e garantir o prosseguimento dos investimentos em curso, a Companhia realizou a primeira emissão de debênture privada conversível em ações para o debenturista San Siro Fundo de Investimento em Participação e Multiestratégia, no valor de R\$ 82.474 mil, a dívida bruta da Companhia, representada por empréstimos e financiamentos, debênture e bônus de subscrição, passou de R\$ 49.567 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$130.704 mil em 31 de dezembro de 2019 e, posteriormente, para R\$ 145.276 mil em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 95.709 mil ou 193,1% em 31 de dezembro de 2020 em relação à 31 de dezembro de 2018. Em 31 de março de 2021, a dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 143.616 mil, representando uma redução de R\$ 1.660 mil ou 1,1% em relação à 31 de dezembro de 2020, conforme tabela abaixo:

(em milhares de R\$)	Em 31 de março de		Em 31 de dezembro de	
	2021	2020	2019	2018
Dívida Bruta ^{(1) (3)}	143.616	145.276	130.704	49.567
Dívida Líquida (Caixa Líquido) ^{(2) (3)}	50.782	35.494	(18.807)	(11.577)

- (1) A Dívida Bruta é calculada como o total de empréstimos e financiamentos, debêntures e bônus de subscrição.
 (2) A Dívida Líquida (Caixa Líquido) é calculada como o total de empréstimos e financiamentos, debêntures e bônus de subscrição menos o caixa e equivalentes de caixa.
 (3) A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

– International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para o cálculo da Dívida Bruta e da Dívida Líquida (Caixa Líquido) vide seção 3.2 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2020, o aumento da dívida bruta em relação a 31 de dezembro de 2019 deve-se, principalmente, ao reconhecimento do bônus de subscrição, no valor de R\$ 17.594 mil, no âmbito da operação de emissão de debêntures que será exigível na ocasião de um evento de liquidez qualificado como, por exemplo, oferta pública de ações da Companhia.

Os Diretores da Companhia desconsideram a parcela do passivo não-oneroso, representada pelo saldo de *breakage* e receitas diferidas, quando do acompanhamento dos indicadores de endividamento e liquidez da Companhia, dado que este item não constitui uma obrigação de desembolso de caixa futuro, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Índices	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Endividamento Total ⁽¹⁾	3,11	2,84	2,15	2,76
Endividamento Total Ajustado ⁽²⁾	1,93	1,77	1,32	1,45
Liquidez Geral ⁽³⁾	0,23	0,26	0,36	0,27
Liquidez Geral Ajustado ⁽⁴⁾	0,37	0,41	0,58	0,51

- (1) O índice de endividamento total é calculado como o passivo total dividido pelo ativo total da Companhia.
- (2) O índice de endividamento total ajustado é calculado como o passivo total deduzido do saldo de *breakage* e receitas diferidas dividido pelo ativo total.
- (3) O índice de liquidez geral é calculado como o ativo total deduzido do imobilizado e intangível dividido pelo passivo total.
- (4) O índice de liquidez geral ajustado é calculado como o ativo total deduzido do imobilizado e intangível dividido pelo passivo total deduzido do saldo de *breakage* e receitas diferidas.

Em 31 de março de 2021, o índice de endividamento total ajustado era de 1,93 e o índice de liquidez geral ajustado era de 0,37. Nesta mesma data, o caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ 92.834 mil e a dívida bruta era de R\$143.616 mil. Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total ajustado era de 1,77 e o índice de liquidez geral ajustado era de 0,41. Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ 109.782 mil e a dívida bruta era de R\$ 145.276 mil. A redução do caixa e equivalentes de caixa em relação ao montante de R\$ 149.511 mil em 31 de dezembro de 2019 decorre, principalmente, de investimentos relacionados a (i) plataforma de Marketplace (Loja Dotz); e (ii) plataforma Tech Fin (Conta Digital Dotz e cartões co-branded em parceria com Banco do Brasil e Banco Votorantim).

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total ajustado era de 1,32 e o índice de liquidez geral ajustado era de 0,58, o caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 149.511 mil e a dívida bruta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

totalizava R\$ 130.704 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento da dívida bruta em relação a 31 de dezembro de 2018 decorre, principalmente, da emissão de debênture privada conversível em ações, integralizada em dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total ajustado era de 1,45 e o índice de liquidez geral ajustado era de 0,51, o caixa e equivalentes de caixa totalizavam R\$ 61.144 mil e a dívida bruta totalizava R\$ 49.567 mil.

O capital de giro atual, bem como os resultados da liquidez geral da Companhia demonstram situação, com base na avaliação dos Diretores da Companhia, confortável diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios. A Companhia espera atender a eventuais necessidades de capital de giro por meio da captação de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo ou ofertas de títulos de dívida ou de capital no mercado brasileiro e/ou internacional.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia se financiou por meio do caixa gerado pela própria operação, linhas de capital de giro de curto e médio prazo e pela emissão de debênture em dezembro de 2019.

A Companhia apresentou em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a seguinte estrutura de capital:

(em milhares de R\$, exceto %)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	573.203	567.482	567.646	447.013
Breakage e receitas diferidas (a)	217.701	213.070	218.693	212.176
Demais passivos circulantes e não circulantes	355.502	354.412	348.953	234.837
Capital próprio (patrimônio líquido)	(389.073)	(367.716)	(303.701)	(285.265)
Capital total (terceiros + próprio)	184.130	199.766	263.945	161.748
Parcela de capital de terceiros	311,3%	284,1%	215,1%	276,4%
Parcela de capital próprio	-211,3%	-184,1%	-115,1%	-176,4%

(a) Este montante é reconhecido como receita ao longo do tempo de vida dos pontos 1/48 avos (quatro anos).

A estrutura de capital da Companhia foi afetada ao longo dos exercícios por:

- **Diferimento de receita:** em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$ 217.701 mil e R\$ 213.070 mil, respectivamente, de passivo referente a *breakage* e receitas diferidas que não compõem obrigação de desembolso de caixa e são apropriadas ao resultado ao longo de 48 meses.
- **Aquisição LoyaltyOne:** operação realizada no exercício de 2018 e reconhecida como uma redução do patrimônio líquido, rubrica ágio em transação de capital, no montante de R\$ 57.714 mil em 31 de dezembro de 2018.
- **Prejuízo acumulado:** de R\$ 352.671 mil em 31 de março de 2021 e R\$ 330.604 mil em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2020. Nos últimos três exercícios e no período de três meses findo em 31 de março de 2021 o resultado da Companhia foi impactado, principalmente, pelos três fatores não recorrentes descritos abaixo:

- Recompra de participação da LoyaltyOne: atualização cambial do saldo de contas a pagar à LoyaltyOne que totalizou uma despesa financeira, entre os exercício de 2020 e 2018, de R\$ 13.876 mil impactando negativamente o resultado da Companhia e, consequentemente, o patrimônio líquido. No período de três meses findo em 31 de março de 2021, o impacto da variação cambial totalizou R\$ 4.597 mil.
- Investimentos na Dotz Pay: unidade de negócio detinha prejuízos acumulados de R\$ 22.377 mil em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de março de 2021, o prejuízo acumulado desta unidade de negócio era de R\$ 26.408 mil
- Despesas relacionadas às debêntures: desde a captação das debêntures em 30 de dezembro de 2019 até 31 de março de 2021, a Companhia reconheceu despesas financeiras que totalizaram R\$ 26.979 mil, sendo R\$ 17.594 mil referentes aos Bônus de Subscrição detidos exclusivamente pelo FIP San Siro e R\$ 9.385 mil ao prêmio de estruturação atrelados às debêntures devidas exclusivamente ao FIP San Siro. A dinâmica de negócios, ou seja, a geração de caixa dado o descasamento entre a emissão resgate dos pontos, permitiu, em conjunto com as linhas de crédito contratadas no período, que a Companhia ao longo destes anos realizasse os investimentos necessários estabelecidos em seu plano de negócio.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O índice de liquidez geral, representado pelo ativo total deduzido do imobilizado e intangível dividido pelo passivo total, da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era de 0,23, 0,26, 0,36 e 0,27, respectivamente. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Dívida Bruta da Companhia, representada pelo total de empréstimos e financiamentos, debêntures e bônus de subscrição, totalizava R\$143,6 milhões, R\$ 145,3 milhões, R\$ 130,7 milhões e R\$ 49,6 milhões, respectivamente. O índice de liquidez geral ajustado em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 era de 0,37, 0,41, 0,58 e 0,51, respectivamente.

Os Diretores da Companhia informam que avaliaram a habilidade da Companhia operar normalmente, considerando seu perfil de endividamento, composto por dívidas bancárias e financiamentos, os fluxos de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, e estão convencidos que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para fazer face aos investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos no curto e longo prazo para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pandemia de COVID-19 na economia brasileira, nas operações e nos fluxos de caixa futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não atingiu certos índices financeiros impostos pelos contratos com os bancos Itaú e Santander. Em fevereiro de 2021, foram obtidas junto aos bancos renúncias dos direitos de vencimento antecipado dos empréstimos concedidos à Companhia em decorrência de descumprimento de índices financeiros (*covenants*).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia se financiou por meio da geração de caixa operacional e através de captações de empréstimos e financiamentos e debêntures de curto e longo prazos com instituições financeiras e fundos de investimento, denominados em reais, com obrigação de pagamento de principal e juros atrelados à Taxa DI. Esses empréstimos e financiamentos e debêntures são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos.

Para mais informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, veja o item 10.1(f) do Formulário de Referência.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas no exercício corrente nos últimos três exercícios sociais são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento, se necessário.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento com a contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos do COVID-19 em nossas operações podem justificar, no futuro e caso os Diretores da Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar nossa necessidade de capital de giro no curto prazo, principalmente enquanto persistirem os efeitos da pandemia.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

O endividamento da Companhia é composto principalmente por contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures, cuja principal finalidade consiste em prover recursos para as operações e investimentos da Companhia, como por exemplo, investimentos em tecnologia para aprimoramento da sua plataforma digital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo demonstra as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Empréstimos e financiamentos

(em milhares de Reais, exceto percentuais)	Encargos taxa %	Data de vencimento	Taxa efetiva (% a.a.)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro		
				2021	2020	2019	2018
Itaú BBA	CDI + 3,95% a.a.	15/02/2022	9,4%	7.554	9.545	12.636	12.812
Itaú BBA	CDI + 4,25% a.a.	18/06/2021	9,5%	505	1.008	-	-
Itaú BBA	1,52% a.m	Risco Sacado (a)	9,5%	8.693	9.214	13.464	6.393
Santander	CDI + 5,31% a.a.	18/01/2022	10,9%	6.606	8.587	14.869	22.539
Banco do Brasil	CDI + 5,82% a.a.	10/06/2023	10,6%	8.381	9.318	9.858	7.823
Banco DLL Brasil	10,69% a.a.	16/01/2021	12,2%	-	45	1.134	-
		(b)					
Total Empréstimos e financiamentos				31.740	37.717	51.961	49.567
Circulante				26.788	32.162	34.026	28.814
Não circulante				4.952	5.555	17.935	20.753

- (a) A Companhia possui contratos firmados com o banco Itaú BBA para estruturar com seus principais fornecedores a operação denominada "risco sacado", que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores.
 (b) O empréstimo foi devidamente quitado na data de vencimento.

Debêntures

(em milhares de Reais)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Debêntures	85.323	84.088	82.474	-
Prêmio de estruturação	9.386	6.965	-	-
Subtotal	94.709	91.053	82.474	-
Gastos de captação (a)	(427)	(1.088)	(3.731)	-
Total - debêntures	94.282	89.965	78.743	-
Circulante	-	18.414	-	-
Não circulante	94.282	71.551	78.743	-

1) Cédula de Crédito Bancário nº 322.103.291: (Banco do Brasil S.A.) emitida pela CBSM em 22 de julho de 2020 no valor de R\$ 9.273.671,05, com garantia real e com vencimento em 10 de junho de 2023. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 5,82% a.a..

2) Cédula de Crédito Bancário: (Itaú Unibanco S.A.) emitida pela CBSM em 13 de fevereiro de 2019 no valor de R\$ 2.916.666,69, com garantia real e com vencimento em 15 de fevereiro de 2022. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 3,95% a.a..

3) Cédula de Crédito Bancário: (Itaú Unibanco S.A.) emitida pela CBSM em 03 de julho de 2018 no valor de R\$ 9.263.888,85, com garantia real e com vencimento em 12 de fevereiro de 2022. A

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

remuneração é de 100% CDI, acrescido de 3,95% a.a..

4) Cédula de Crédito Bancário: (Itaú Unibanco S.A.) emitida pela CBSM em 18 de junho de 2020 no valor de R\$ 2.000.000,00, com garantia real e com vencimento em 18 de junho de 2021. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 4,25% a.a..

5) Linha de Crédito Rotativo da CBSM (Risco Sacado): (Itaú Unibanco S.A.) com custo pré-fixado de 1,52% a.a.

6) Cédula de Crédito Bancário: (Banco Santander S.A.) emitida pela CBSM em 28 de abril de 2020 no valor de R\$ 12,5 milhões e com vencimento em 18 de janeiro de 2022. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 5,31% a.a..

7) Escritura da 1ª Emissão de Debêntures: (San Siro Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) emitida pela CBSM em 06 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 82.474.226,00 e com vencimento original para 30 de junho de 2021. Em 18 de fevereiro de 2021, a controlada CBSM pactuou com o debenturista San Siro Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia a prorrogação das obrigações e as mesmas passam a ser devidas em 30 de junho de 2022. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 4,00% a.a..

8) Leasing Financeiro: (Banco Santander S.A.) contratado pela Netpoints S.A. em 22 de março de 2018 no valor de R\$ 147.720,12 e com vencimento em 22 de março de 2021. A remuneração é pré-fixada em 1,55% a.m..

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia e suas controladas mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas descritas no item 10.1(f)(i) acima. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de seus negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia, sendo este determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, na seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Administração informa que determinados contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (*covenants*) mínimos:

	Dívida Líquida ² / EBITDA	Dívida Bruta ³	Liquidez Ajustada ⁴	Liquidez Corrente (Ativo circulante dividido pelo Passivo circulante)	Caixa Mínimo
CCB Itaú Unibanco – 13/02/2019 ¹	≤0,00	-	-	-	R\$50.000.000≤
CCB Itaú Unibanco – 03/07/2018 ¹	≤0,00	-	-	-	R\$50.000.000≤
CCB Santander ¹	-	-	0,45≤	0,90≤	R\$70.000.000≤
1ª Emissão de Debêntures da CBSM	-	≤R\$47.000.000,00	-	-	Máximo entre 50% do Passivo de Resgate de Pontos + 6 meses de G&A e R\$ 60.000.000,00

- 1) Os *covenants* dos contratos de Itaú Unibanco e Santander se referem a indicadores da Controlada CBSM.
- 2) Dívida Líquida (Contratos Itaú Unibanco): Dívida bancária menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros
- 3) Dívida Bruta (Escritura Debênture): somatório de todas as dívidas financeiras da Emissora (CBSM), excluindo-se operações de financiamento de obrigações junto a fornecedores (*vendor*) (no caso das operações de financiamento de obrigações junto a fornecedores (*vendor*), limitadas a um montante de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais))
- 4) Liquidez Ajustada (Contrato Santander): razão entre soma do caixa com montante de contas a receber e a soma da conta de fornecedores com empréstimos bancários e receitas diferidas de curto prazo

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle efetivo, direto ou indireto, sem prévia e expressa autorização do banco; alteração de titularidade do capital social envolvendo acionista, direto ou indireto, inclusive transferência entre si, com variação superior a 50% do total do capital; transferência da alteração de capital social da Companhia sem anuência prévia dos Debenturistas; alteração do objeto social da Companhia que resulte em alteração relevante de seu setor de atuação.

Destaca-se ainda que as medições não contábeis utilizadas acima para fins de *covenants* financeiros são definidos isoladamente por cada escritura, conforme notas da tabela acima, e não devem ser confundidos com as utilizadas pela Companhia e divulgadas no item 3.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas acima descritas e entende que, na data deste Formulário de Referência, não atendeu integralmente às cláusulas restritivas e *covenants* financeiros destacados acima nas medições anuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

	Dívida Líquida / EBITDA	Dívida Bruta	Liquidez Ajustada	Liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante)	Caixa Mínimo CBSM	Caixa Mínimo Dotz S/A
31 de dezembro de 2020	6,4	R\$ 127.643 mil	0,46	0,46	R\$ 95.723 mil	R\$ 109.782 mil

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não atendeu a 100% dos *covenants*

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

financeiros dos contratos CCB Itaú Unibanco – 13/02/2019, CCB Itaú Unibanco – 03/07/2018 e CCB Santander.

Em 11 de fevereiro de 2021, o Itaú Unibanco renunciou ao direito de declarar o vencimento antecipado das linhas de crédito contratadas em jul/18 e fev/19 em decorrência do descumprimento da cláusula que determina a manutenção da relação dívida líquida sobre EBITDA menor que zero no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Em 12 de fevereiro de 2021, o Santander também formalizou a renúncia ao direito de vencimento antecipado da CCB contratada em abr/20 em função do descumprimento da cláusula que determina a manutenção dos índices de liquidez ajustada e de liquidez corrente abaixo dos limites determinados em contrato.

Com a formalização dos *waivers* descritos acima junto às instituições credoras, a Companhia não tem a obrigação de realizar qualquer desembolso antecipado relativo a estes instrumentos de dívida.

(g) Limites de utilização dos empréstimos já contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de nenhum contrato de empréstimos e financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Os números e análises a seguir apresentados derivam das Informações Trimestrais – ITR consolidadas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 e/ou das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 MARÇO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

(em R\$ milhares, exceto percentuais)	31/03/2021	AV	31/03/2020	AV	AH
Receita líquida	25.403	100,0%	25.349	100,0%	0,2%
Custo operacional	(2.353)	-9,3%	(3.202)	-12,6%	-26,5%
Lucro bruto	23.050	90,7%	22.147	87,4%	4,1%
Despesas comerciais	(11.087)	-43,6%	(8.955)	-35,3%	23,8%
Despesas gerais e administrativas	(23.975)	-94,4%	(22.738)	-89,7%	5,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	185	0,7%	(35)	-0,1%	-628,6%
Prejuízo antes do resultado financeiro	(11.827)	-46,6%	(9.581)	-37,8%	23,4%
Despesas financeiras	(10.415)	-41,0%	(18.605)	-73,4%	-44,0%
Receitas financeiras	458	1,8%	1.358	5,4%	-66,3%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(21.784)	-85,8%	(26.828)	-105,8%	-18,8%
Imposto de renda e contribuição social	(283)	-1,1%	(461)	-1,8%	-38,6%
Prejuízo do período	(22.067)	-86,9%	(27.289)	-107,7%	-19,1%

Receita líquida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita líquida totalizou R\$ 25.403 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, representando estabilidade tendo em vista o crescimento marginal de R\$ 54 mil, ou 0,2%, quando comparada com o valor de R\$ 25.349 mil, referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020.

Custo operacional

O custo operacional totalizou R\$ 2.353 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, representando uma redução de R\$ 849 mil, ou 26,5%, quando comparado com o valor de R\$ 3.202 mil, referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pela redução de custos operacionais relacionados à integração tecnológica de parceiros neste período.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro bruto totalizou R\$ 23.050 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 903 mil ou 4,1% quando comparado com o valor de R\$ 22.147 mil, referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$ 11.087 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 2.132 mil, ou 23,8%, quando comparadas com o valor de R\$ 8.955 mil, referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, pelo aumento de despesas relacionadas à campanhas promocionais.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 23.975 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, representando um aumento de R\$ 1.237 mil, ou 5,4%, quando comparadas com o valor de R\$ 22.738 mil, referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. Esse aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento de despesas relacionadas ao aumento de pessoal.

Despesas financeiras

As despesas financeiras totalizaram R\$ 10.415 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, representando uma redução de R\$ 8.190 mil, ou 44,0%, quando comparadas com o valor de R\$ 18.605 mil, referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução deve-se, principalmente, pela redução da variação cambial do contas a pagar à LoyaltyOne pela aquisição da participação da mesma na CBSM e pela redução da despesa de juros sobre empréstimos, bem como pela redução no prêmio de estruturação das debêntures.

Receitas financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As receitas financeiras totalizaram R\$ 458 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, representando uma redução de R\$ 900 mil, ou 66,3%, quando comparadas com o valor de R\$ 1.358 mil, referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pela redução no saldo médio de caixa e equivalentes de caixa ocasionando a redução no rendimento sobre aplicações financeiras no período.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 283 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, representando uma redução de R\$ 178 mil, ou 38,6%, quando comparada a despesa de R\$ 461 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020.

Prejuízo do período

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o prejuízo totalizou R\$ 22.067 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, representando uma redução de R\$ 5.222 mil, ou 19,1%, quando comparado com o prejuízo de R\$ 27.289 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R\$ milhares, exceto percentuais)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Receita líquida	111.006	100,0%	127.215	100,0%	-12,7%
Custo operacional	(11.435)	-10,3%	(8.140)	-6,4%	40,5%
Lucro bruto	99.571	89,7%	119.075	93,6%	-16,4%
Despesas comerciais	(36.652)	-33,0%	(39.926)	-31,4%	-8,2%
Despesas gerais e administrativas	(79.465)	-71,6%	(84.042)	-66,1%	-5,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	62	0,1%	(3.872)	-3,0%	-101,6%
Prejuízo antes do resultado financeiro	(16.484)	-14,8%	(8.765)	-6,9%	88,1%
Despesas financeiras	(49.693)	-44,8%	(12.481)	-9,8%	298,1%
Receitas financeiras	3.620	3,3%	2.845	2,2%	27,2%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(62.557)	-56,4%	(18.401)	-14,5%	240,0%
Imposto de renda e contribuição social	(1.680)	-1,5%	(173)	-0,1%	871,1%
Prejuízo do exercício	(64.237)	-57,9%	(18.574)	-14,6%	245,8%

Receita líquida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita líquida totalizou R\$ 111.006 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 16.209 mil, ou 12,7%, quando comparada com o valor de R\$ 127.215 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pela redução da receita de resgate, impactada pelos efeitos da pandemia de COVID-19, e da receita de resgate (*split fee*) (modalidade de contrato específica modificada a partir 2016). Portanto, dado o prazo de vida dos pontos Dotz de 4 anos, o término dessas safras (ou *cohorts*) ocorreu em 2020; não representando, nesta receita específica, uma redução de emissão de pontos, mas apenas um faturamento que naturalmente deixa de existir.

Custo operacional

O custo operacional totalizou R\$ 11.435 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 3.295 mil, ou 40,5%, quando comparado com o valor de R\$ 8.140 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse acréscimo pode ser explicado, principalmente, pelo aumento de serviços relacionados a marketing de performance contratados neste período.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro bruto totalizou R\$ 99.571 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 19.504 mil ou 16,4% quando comparado com o valor de R\$ 119.075 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$ 36.652 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 3.274 mil, ou 8,2%, quando comparadas com o valor de R\$ 39.926 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse decréscimo deve-se, principalmente, pela redução de despesas relacionadas a *call center* e contratação de consultorias.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 79.465 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 4.577 mil, ou 5,4%, quando comparadas com o valor de R\$ 84.042 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse decréscimo pode ser explicado, principalmente, pela redução de despesas relacionadas a bônus e viagens.

Despesas financeiras

As despesas financeiras totalizaram R\$ 49.693 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 37.212 mil, ou 298,1%, quando comparadas com o valor de R\$ 12.481 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse acréscimo deve-se, principalmente, pelo reconhecimento de despesas relacionadas a emissão de debêntures que

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

totalizaram R\$ 24.558 mil entre bônus de subscrição e prêmio de estruturação, pelo aumento de R\$ 8.469 mil na despesa com variação cambial no exercício de 2020, quando comparado ao exercício anterior, principalmente, devido a desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, impactando na atualização do contas a pagar à LoyaltyOne pela aquisição da participação da mesma na CBSM e pelo aumento de R\$ 2.409 mil no custo de captação de debêntures. Adicionalmente, observamos um aumento de R\$ 3.174 mil nos juros sobre empréstimos devido ao aumento de nosso endividamento apesar da redução das taxas de juros no Brasil.

Receitas financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$ 3.620 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 775 mil, ou 27,2%, quando comparadas com o valor de R\$ 2.845 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse acréscimo pode ser explicado, principalmente, pelo aumento do saldo médio de caixa e equivalentes de caixa na comparação com o exercício de 2019, este aumento foi parcialmente compensado pela redução da taxa básica de juros no período.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 1.680 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 1.507 mil, ou 871,1%, quando comparada a despesa de R\$ 173 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse acréscimo pode ser explicado, principalmente, pelo lucro tributário apresentado pela Netpoints após a migração das obrigações com clientes para CBSM no decorrer do exercício de 2019. Apesar da transferência das operações, a Netpoints permaneceu com saldo de receita diferida que gerou base para tributação de imposto de renda e contribuição social no exercício de 2020.

Prejuízo do exercício

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o prejuízo totalizou R\$ 64.237 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 45.663 mil, ou 245,8%, quando comparado com o prejuízo de R\$ 18.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ milhares, exceto percentuais)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receita líquida	127.215	100,0%	126.980	100,0%	0,2%
Custo operacional	(8.140)	-6,4%	(6.800)	-5,4%	19,7%
Lucro bruto	119.075	93,6%	120.180	94,6%	-0,9%
Despesas comerciais	(39.926)	-31,4%	(26.884)	-21,2%	48,5%
Despesas gerais e administrativas	(84.042)	-66,1%	(102.361)	-80,6%	-17,9%
Outras despesas operacionais	(3.872)	-3,0%	(1.827)	-1,4%	111,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Prejuízo antes do resultado financeiro	(8.765)	-6,9%	(10.892)	-8,6%	-19,5%
Despesas financeiras	(12.481)	-9,8%	(6.273)	-4,9%	99,0%
Receitas financeiras	2.845	2,2%	4.232	3,3%	-32,8%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(18.401)	-14,5%	(12.933)	-10,2%	42,3%
Imposto de renda e contribuição social	(173)	-0,1%	(2.517)	-2,0%	-93,1%
Prejuízo do exercício	(18.574)	-14,6%	(15.450)	-12,2%	20,2%

Receita líquida

A receita líquida totalizou R\$ 127.215 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 235 mil, ou 0,2%, quando comparada com o valor de R\$126.980 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, permanecendo praticamente estável entre os exercícios.

Custo operacional

O custo operacional totalizou R\$ 8.140 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 1.340 mil, ou 19,7%, quando comparado com o valor de R\$ 6.800 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse acréscimo pode ser explicado, principalmente, pelo aumento de emissões de pontos que necessitam de estruturas mais robustas para operacionalização, tais como campanhas promocionais com instituições financeiras.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o lucro bruto totalizou R\$ 119.075 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 1.105 mil ou 0,9% quando comparado com o valor de R\$ 120.180 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$ 39.926 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 13.042 mil, ou 48,5%, quando comparadas com o valor de R\$ 26.884 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse acréscimo pode ser explicado, principalmente, pela absorção de despesas relativas a estrutura comercial da Netpoints após a aquisição.

Despesas gerais e administrativas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 84.042 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 18.319 mil, ou 17,9%, quando comparadas com o valor de R\$ 102.361 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse decréscimo deve-se, principalmente, às melhorias de eficiência implementadas pela Companhia, tais como renegociação com fornecedores.

Despesas financeiras

As despesas financeiras totalizaram R\$ 12.481 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 6.208 mil, ou 99,0%, quando comparadas com o valor de R\$ 6.273 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse acréscimo deve-se, principalmente, ao aumento do endividamento da Companhia no período.

Receitas financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$ 2.845 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 1.387 mil, ou 32,8%, quando comparadas com o valor de R\$ 4.232 mil, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse decréscimo pode ser explicado, principalmente, pelas reduções da taxa básica de juros e do saldo de caixa e equivalentes de caixa médio ao longo do exercício, dado que a emissão das debêntures e, consequentemente, incremento do caixa e equivalentes de caixa, ocorreram em dezembro de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$ 173 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 2.344 mil ou 93,1% quando comparado com o montante de R\$ 2.517 mil referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução deve-se, basicamente, à extinção, em 2019, da Sociedade de Contas de Participação (SCP) que até 2018 gerou lucro tributável.

Prejuízo do exercício

Em decorrência dos fatores discutidos acima, o prejuízo totalizou R\$ 18.574 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 3.124 mil, ou 20,2%, quando comparado com o prejuízo de R\$ 15.450 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A tabela abaixo demonstra a comparação entre os balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e em 31 de março de 2021.

(em R\$ milhares, exceto percentuais)	31/03/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH 31/03/2021 vs. 31/12/2020	AH 2020 vs. 2019	AH 2019 vs. 2018
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	92.834	50,4%	109.782	55,0%	149.511	56,6%	61.144	37,8%	-15,4%	-26,6%	144,5%
Contas a receber de clientes	23.461	12,7%	24.880	12,5%	38.220	14,5%	37.078	22,9%	-5,7%	-34,9%	3,1%
Tributos a recuperar	6.798	3,7%	6.335	3,2%	6.206	2,4%	7.895	4,9%	7,3%	2,1%	-21,4%
Adiantamentos a fornecedores	678	0,4%	736	0,4%	844	0,3%	3.232	2,0%	-7,9%	-12,8%	-73,9%
Despesas antecipadas	4.504	2,4%	1.995	1,0%	-	-	-	-	125,8%	-	-
Outros créditos	975	0,5%	660	0,3%	7.861	3,0%	10.515	6,5%	47,7%	-91,6%	-25,2%
Total do ativo circulante	129.250	70,2%	144.388	72,3%	202.642	76,8%	119.864	74,1%	-10,5%	-28,7%	69,1%
Ativo não circulante											
Partes relacionadas	1.423	0,8%	1.417	0,7%	1.312	0,5%	-	-	0,4%	8,0%	-
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	14	0,0%	-	-	-100,0%
Imobilizado	877	0,5%	925	0,5%	1.128	0,4%	1.781	1,1%	-5,2%	-18,0%	-36,7%
Intangível	52.580	28,6%	53.036	26,5%	58.863	22,3%	40.089	24,8%	-0,9%	-9,9%	46,8%
Total do ativo não circulante	54.880	29,8%	55.378	27,7%	61.303	23,2%	41.884	25,9%	-0,9%	-9,7%	46,4%
Total do ativo	184.130	100,0%	199.766	100,0%	263.945	100,0%	161.748	100,0%	-7,8%	-24,3%	63,2%
Passivo circulante											
Empréstimos e financiamentos	26.788	14,5%	32.162	16,1%	34.026	12,9%	28.814	17,8%	-16,7%	-5,5%	18,1%
Fornecedores	31.090	16,9%	31.785	15,9%	43.549	16,5%	34.778	21,5%	-2,2%	-27,0%	25,2%
Partes relacionadas a pagar	3.209	1,7%	3.897	2,0%	1.683	0,6%	1.323	0,8%	-17,7%	131,6%	27,2%
Adiantamentos de clientes	550	0,3%	648	0,3%	6.420	2,4%	78	0,0%	-15,1%	-89,9%	8130,8%
Obrigações trabalhistas	13.422	7,3%	9.377	4,7%	11.737	4,4%	4.595	2,8%	43,1%	-20,1%	155,4%
Obrigações tributárias	4.075	2,2%	3.487	1,7%	5.226	2,0%	4.036	2,5%	16,9%	-33,3%	29,5%
Debêntures	-	-	18.414	9,2%	-	-	-	-	-100,0%	-	-
Receitas diferidas e prêmios a distribuir	181.432	98,5%	186.617	93,4%	185.179	70,2%	177.332	109,6%	-2,8%	0,8%	4,4%
Contas a pagar	55.257	30,0%	49.982	25,0%	1.795	0,7%	23.901	14,8%	10,6%	2684,5%	-92,5%
Total do passivo circulante	315.823	171,5%	336.369	168,4%	289.615	109,7%	274.857	169,9%	-6,1%	16,1%	5,4%
Passivo não circulante											
Empréstimos e financiamentos	4.952	2,7%	5.555	2,8%	17.935	6,8%	20.753	12,8%	-10,9%	-69,0%	-13,6%
Adiantamento de clientes	8.040	4,4%	8.040	4,0%	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	94.282	51,2%	71.551	35,8%	78.743	29,8%	-	-	31,8%	-9,1%	-
Bônus de subscrição	17.594	9,6%	17.594	8,8%	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	3.234	1,8%	3.487	1,7%	775	0,3%	-	-	-7,3%	349,9%	-
Obrigações trabalhistas	4.070	2,2%	4.010	2,0%	4.236	1,6%	3.235	2,0%	1,5%	-5,3%	30,9%
Partes relacionadas a pagar	7.487	4,1%	7.283	3,6%	12.152	4,6%	12.152	7,5%	2,8%	-40,1%	0,0%
Receitas diferidas e prêmios a distribuir	117.340	63,7%	112.992	56,6%	125.976	47,7%	108.053	66,8%	3,8%	-10,3%	16,6%
Contas a pagar	-	-	-	-	37.652	14,3%	26.976	16,7%	-	-100,0%	39,6%
Provisão para demandas administrativas e judiciais	381	0,2%	601	0,3%	562	0,2%	987	0,6%	-36,6%	6,9%	-43,1%
Total do passivo não circulante	257.380	139,8%	231.113	115,7%	278.031	105,3%	172.156	106,4%	11,4%	-16,9%	61,5%
Total do patrimônio líquido	(389.073)	-211,3%	(367.716)	-184,1%	(303.701)	-115,1%	(285.265)	-176,4%	5,8%	21,1%	6,5%
Total do passivo e patrimônio líquido	184.130	100,0%	199.766	100,0%	263.945	100,0%	161.748	100,0%	-7,8%	-24,3%	63,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS DA COMPANHIA EM 31 DE MARÇO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Total do ativo

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou uma redução no total do ativo de 7,8% ou R\$ 15.636 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 199.766 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 184.130 mil em 31 de março de 2021.

Ativo circulante

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou uma redução no ativo circulante de 10,5% ou R\$ 15.138 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 144.388 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 129.250 mil em 31 de março de 2021. A redução é explicada, principalmente, pela redução de R\$ 16.948 mil no saldo de caixa e equivalentes, resultado do consumo de caixa nas atividades (i) operacionais de R\$ 7.472 mil, (ii) de investimentos de R\$ 3.042 mil e (iii) de financiamento R\$ 6.434 mil.

Ativo não circulante

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou uma redução no ativo não circulante de 0,9% ou R\$ 498 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 55.378 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 54.880 mil em 31 de março de 2021. Essa redução se deve, principalmente, pela redução de R\$ 456 mil no ativo intangível explicada, principalmente, pela amortização de R\$ 3.461 mil, parcialmente compensada pelas adições de R\$ 3.005 mil ocorridas no período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Passivo circulante

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou uma redução no passivo circulante de 6,1% ou R\$ 20.546 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 336.369 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 315.823 mil em 31 de março de 2021. Essa redução é explicada, principalmente, pela reclassificação de R\$ 18.414 mil de debêntures do passivo circulante para o passivo não circulante devido às renegociações de *waivers* obtidos no início de 2021.

Passivo não circulante

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentou um aumento no passivo não circulante de 11,4% ou R\$ 26.267 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, passando de R\$ 231.113 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 257.380 mil em 31 de março de 2021. O aumento é explicado, principalmente, pelo aumento de R\$22.731 mil no saldo de debêntures devido à reclassificação da mesma entre o passivo circulante e o passivo não circulante e pelo aumento no prêmio de estruturação devido às renegociações e *waivers* obtidos no início de 2021. Adicionalmente, houve um aumento de R\$4.348 mil nas receitas diferidas e prêmios a distribuir devido à dinâmica da movimentação do faturamento de pontos no período que representam acréscimo desta conta e o reconhecimento de receita que representam decréscimo desta conta. A Companhia considera como não circulante o saldo de *breakage* e receitas diferidas que serão reconhecidos em um período superior a 12 meses.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2021 era negativo em R\$ 389.073 mil, comparado a R\$ 367.716 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se, principalmente, ao prejuízo do período de três meses findo em 31 de março de 2021 de R\$ 22.067 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma redução no total do ativo de 24,3% ou R\$ 64.179 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 263.945 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 199.766 mil em 31 de dezembro de 2020.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma redução no ativo circulante de 28,7% ou R\$ 58.254 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 202.642 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 144.388 mil em 31 de dezembro de 2020. A redução é explicada, principalmente, pela redução de R\$ 39.729 mil no saldo de caixa e equivalentes de caixa e de R\$ 13.340 mil no saldo de contas a receber de clientes, ambos movimentos são reflexos da retração da emissão de pontos em decorrência dos impactos da pandemia sobre o Programa Dotz.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma redução no ativo não circulante de 9,7% ou R\$ 5.925 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 61.303 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 55.378 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução se deve, principalmente, pela redução de R\$ 5.827 mil no ativo intangível explicada, principalmente, pela amortização de R\$ 13.398 mil, parcialmente compensada pelas adições de R\$ 8.250 mil ocorridas no exercício de 2020.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento no passivo circulante de 16,1% ou R\$ 46.754 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 289.615 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 336.369 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo reconhecimento de R\$ 18.414 mil relativos às debêntures emitidas em dezembro de 2019 e pelo aumento no contas a pagar explicado pela reclassificação do montante a pagar à LoyaltyOne de R\$ 48.616 mil do passivo não circulante para o passivo circulante.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma redução no passivo não circulante de 16,9% ou R\$ 46.918 mil em relação a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 278.031 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 231.113 mil em 31 de dezembro de 2020. A redução é explicada,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principalmente, pela reclassificação do saldo de contas a pagar à LoyaltyOne do passivo não circulante para o passivo circulante.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era negativo em R\$ 367.716 mil, comparado a R\$ 303.701 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, ao prejuízo do exercício de 2020 de R\$ 64.237 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento no total do ativo de 63,2% ou R\$ 102.197 mil, passando de R\$ 161.748 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 263.945 mil em 31 de dezembro de 2019.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento no ativo circulante de 69,1% ou R\$ 82.778 mil, passando de R\$ 119.864 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 202.642 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento é explicado, principalmente, pelo aumento de R\$ 88.367 mil no caixa e equivalentes de caixa decorrente, principalmente, da integralização das debêntures emitidas em dezembro de 2019.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento no ativo não circulante de 46,4% ou R\$ 19.419 mil, passando de R\$ 41.884 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 61.303 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento é explicado, principalmente, pelo reconhecimento no ativo intangível de direitos contratuais oriundos da aquisição da Netpoints ocorrida em fevereiro de 2019.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento no passivo circulante de 5,4% ou R\$ 14.758 mil, passando de R\$ 274.857 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 289.615 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento se deve, principalmente, ao aumento (i) de R\$ 5.212 mil nos empréstimos e financiamentos; (ii) de R\$ 8.771 mil no saldo de fornecedores decorrente do aumento de atividades promocionais que impulsionam o volume de trocas e aumento da receita diferida; (iii) de R\$ 6.342 mil nos adiantamentos de clientes; (iv) de R\$ 7.142 mil nas obrigações trabalhistas devido ao reconhecimento de provisão para participação nos lucros e resultados; (v) de R\$ 7.847 mil nas receitas diferidas e prêmios a distribuir, parcialmente compensado, pela redução de R\$ 22.106 mil no contas a pagar decorrente do pagamento realizado ao longo de 2019 para LoyaltyOne e reclassificação de saldo para passivo não circulante em função de repactuação do cronograma de pagamentos desta obrigação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento no passivo não circulante de 61,5% ou R\$ 105.875 mil, passando de R\$ 172.156 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 278.031 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento é explicado, principalmente, pela emissão das debêntures em dezembro de 2019 e pelo aumento no saldo de receitas diferidas e prêmios a distribuir, reflexo da melhora da atividade operacional.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 era negativo em R\$ 303.701 mil e em R\$ 285.265 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente, ao prejuízo do exercício de 2019 de R\$ 18.574 mil.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

(em R\$ milhares)

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2021	2020
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(7.472)	(6.177)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(3.042)	(2.021)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(6.434)	(4.901)

Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais

O caixa líquido consumido pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$ 1.295 mil, passando de R\$ 6.177 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$ 7.472 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, principalmente, em decorrência do aumento do prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ajustado pelos itens não caixa compensado, parcialmente, pelo caixa gerado pelo capital de giro da Companhia.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos

O caixa líquido consumido nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R\$ 1.021 mil, passando de R\$ 2.021 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$ 3.042 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, principalmente, em decorrência do aumento dos investimentos no desenvolvimento interno do ativo intangível.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos apresentou um aumento de R\$ 1.533 mil, passando de R\$ 4.901 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020 para R\$ 6.434 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, principalmente, em decorrência do aumento nos pagamentos de empréstimos e financiamentos e consumo de caixa decorrente das operações de capital de giro e risco sacado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ milhares)

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(9.605)	34.828	(33.576)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(8.497)	(10.485)	(23.133)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(21.627)	64.024	6.776

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais apresentou uma variação de R\$ 44.433 mil, passando de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 34.828 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para caixa líquido consumido nas atividades operacionais de R\$ 9.605 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente, em decorrência da deterioração do ambiente econômico devido à pandemia do COVID-19 iniciada no primeiro trimestre de 2020 que culminou com a queda nas operações da Companhia e, consequentemente, impactando negativamente no capital de giro.

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos apresentou uma redução de R\$ 1.988 mil, passando de R\$ 10.485 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 8.497 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente, em decorrência da otimização do direcionamento de recursos para investimento, visando melhor gestão da liquidez no período em que se observou redução das atividades operacionais.

Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos

O caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos apresentou uma variação de R\$ 85.651 mil, passando de um caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos de R\$ 64.024 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos de R\$ 21.627 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, principalmente, em decorrência, da redução na captação de debêntures de R\$ 78.743 mil no exercício de 2020, quando comparado às captações realizadas no exercício anterior.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais apresentou uma variação de R\$ 68.404 mil, passando de caixa líquido consumido pelas atividades operacionais de R\$ 33.576 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 34.828 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente, em decorrência da melhora da atividade operacional de Loyalty, maior emissão de pontos combinada com redução de despesas operacionais líquidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisCaixa líquido consumido pelas atividades de investimentos

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos apresentou uma redução de R\$ 12.648 mil, passando de R\$ 23.133 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 10.485 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente, em decorrência da redução no caixa líquido consumido pela aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível; e aquisição de subsidiárias, líquido do caixa e equivalentes de caixa.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos apresentou um aumento de R\$ 57.248 mil, passando de R\$ 6.776 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 64.024 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente, em decorrência da emissão de debêntures em dezembro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pela emissão de pontos do programa de fidelidade por coalizão. Os pontos emitidos pelo Programa Dotz são registrados pelo seu preço de venda, no passivo circulante e não-circulante, na rubrica “Receitas diferidas e prêmios a distribuir” no momento da emissão dos pontos. No momento da contabilização a Companhia divide este passivo em três grupos: (i) custo esperado para troca de pontos (valor da contraprestação), (ii) spread (diferença entre preço do ponto e custo esperado) e (iii) breakage (volume de pontos com expectativa de resgate remota).

A Administração da Companhia acompanha de forma tempestiva o volume de trocas e pontos expirados. Em base de estudo a Administração da Companhia calcula a percentagem de *breakage* e atualiza as respectivas classificações dos pontos vendidos nas contas contábeis.

As receitas de spread e de breakage são diferidas ao longo do prazo de expiração do ponto, 48 meses, e a receita de resgate é reconhecida no momento em que o cliente resgate seus pontos. Em função desta dinâmica a Companhia reconheceu em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 213,1 milhões relativo à *breakage* e receitas diferidas que serão reconhecidos no resultado da Companhia ao longo de quatro anos (1/48 avos). E, em 31 de março de 2021, totalizou R\$ 217.701 mil.

Em relação a receita de resgate, a Companhia atua como agente porque ela não controla o bem ou o serviço especificado fornecido pela outra parte antes que o bem ou o serviço seja transferido ao cliente. Desta forma, a receita de troca de pontos (resgate) é apresentada líquida dos respectivos custos variáveis associados à disponibilização das recompensas aos consumidores do programa de acordo com o CPC 47/IFRS 15, conforme tabela abaixo:

(em milhares de R\$)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Receita de breakage	15.122	17.926	68.814	67.102	70.551
Receita de spread	10.546	8.160	35.636	36.845	39.538
Receita de resgate	25.734	30.513	113.751	149.117	153.464
Receita de resgate (split-fee)	-	8.707	8.868	33.258	50.910
Receita de serviços	606	271	2.727	801	3.635
Impostos e deduções sobre vendas	(3.171)	(3.232)	(17.445)	(15.882)	(17.457)
Custos de resgates de pontos Dotz	(23.434)	(36.996)	(101.345)	(144.026)	(173.661)
Receita Líquida	25.403	25.349	111.006	127.215	126.980

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

A Administração entende que, além dos fatores descritos no item 7.1 os resultados operacionais da Companhia foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

Ambiente Econômico Brasileiro

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A economia brasileira tem sido historicamente caracterizada por variações significativas no crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por esses fatores e pelo efeito que esses fatores têm sobre as taxas de desemprego, a disponibilidade de crédito e os salários médios no Brasil. A tabela a seguir apresenta as taxas de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio brasileiras para os períodos indicados:

	Referente ao período encerrado em 31 de março de	Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro			
	2021	2020	2019	2018	
Crescimento do PIB.....	n.a ⁽¹⁾	(4,1%)	1,1%	1,3%	
Inflação (IGP-M).....	8,3%	23,1%	7,3%	7,5%	
Inflação (IPCA) ⁽¹⁾	2,1%	4,5%	4,3%	3,8%	
Taxa interbancária- CDI (média) ⁽²⁾	2,7%	2,8%	4,4%	6,4%	
Taxas de juros de longo prazo (média) ⁽³⁾	4,4%	4,8%	5,6%	7,0%	
Taxa de câmbio ao final do período por cada U.S.\$1.00..	R\$ 5,69	R\$5,19	R\$4,03	R\$3,87	
Taxa de câmbio média por cada U.S.\$1.00	R\$ 5,47	R\$5,15	R\$3,95	R\$3,65	
Apreciação (depreciação) do real em relação ao dólar estadunidense ⁽⁴⁾	(8,8%)	(22,4%)	(4,0%)	(14,5%)	

Fontes : IBGE, Banco Central , B3 e FGV.

(1) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE.

(2) CDI refere-se à média das taxas de empréstimo interbancário overnight no Brasil.

(3) A taxa de juros de longo prazo brasileira, ou "TJLP", é a taxa aplicável aos empréstimos de longo prazo do BNDES.

(4) Comparando a taxa de câmbio PTAX (taxa calculada pelo Banco Central) no final do último dia do período com o dia imediatamente anterior ao primeiro dia do período discutido, PTAX é a taxa de câmbio calculada no final de cada dia pelo Banco Central. É a taxa média de todos os negócios realizados em dólares estadunidenses na data determinada no mercado de câmbio interbancário.

Qualquer deterioração na taxa de crescimento econômico, ou mudanças nas taxas de juros, na taxa de desemprego ou nos níveis de preços geralmente no Brasil e em qualquer um dos mercados em que operamos, pode limitar a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra de nossos clientes, afetando assim adversamente a demanda por nossos produtos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por queda no consumo por parte dos usuários, assim como pelo surgimento de novos concorrentes no mercado. Em decorrência disto, caso o nível de consumo dos usuários e/ou dos parceiros comerciais da Companhia sofra redução em virtude de condições macroeconômicas gerais, como, por exemplo, variação nas taxas de juros, aumento da inflação e variações cambiais, as receitas da Companhia poderão ser impactadas adversamente.

Os administradores da Companhia afirmam que as variações de receita observadas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 foram sujeitas a mencionadas variáveis, que afetam diretamente a renda disponível e a confiança dos consumidores e, por consequência, sua propensão em adquirir produtos ou serviços oferecidos pela Companhia. O exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi o que apresentou maiores impactos decorrentes da variação cambial. Dado que a emissão de pontos das parcerias com instituições financeiras está atrelada a dólar, a forte oscilação neste período teve um impacto estimado de R\$ 7 milhões sobre a receita total da Companhia. Os impactos financeiros decorrentes desses efeitos podem ser melhor avaliados no item 10.1.(h) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais do Brasil. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros (risco de mercado, risco de crédito, variação cambial e risco de liquidez) e são afetadas por alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços.

A Companhia possui uma obrigação em dólar relativa à compra da participação da LoyaltyOne em 2018. Em função desta obrigação, a depreciação do real frente ao dólar afetou negativamente o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e do período de três meses findo em 31 de março de 2021. Com relação a custos e despesas operacionais, a Companhia possui menor exposição a riscos decorrentes de variação de preços, além de maior flexibilidade para negociação de condições e fornecedores, mitigando os impactos de variações de preço sobre o resultado operacional. Os impactos financeiros decorrentes desses efeitos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020 podem ser melhor avaliados no item 10.1.(h) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 15.7 deste Formulário de Referência e divulgados nas demonstrações financeiras.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não foram registradas mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 não possui ressalvas ou ênfases.

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos últimos três exercícios sociais não possui ressalvas.

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2018 não continham parágrafos de ênfase.

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 possui o parágrafo de ênfase abaixo:

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2019, para apresentar as demonstrações do valor adicionado e resultado por ação, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à revisão de política contábil que a administração entende melhor refletir as operações da Companhia e devido à correção de erros descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Comentários da Administração

Em virtude da apresentação do pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” perante a CVM, a administração da Companhia entendeu importante aprimorar suas demonstrações financeiras para atendimento às leis, normas e regulamentos aplicáveis a companhias abertas.

Dessa forma, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram reapresentadas para apresentar as demonstrações do valor adicionado e resultado por ação, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à revisão de política contábil que a Administração entendia melhor refletir as operações da Companhia e devido à correção de erros. Os Diretores da Companhia entendem que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas mencionadas acima refletem adequadamente a estrutura patrimonial

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

e financeira da Companhia atendendo minimamente aos requerimentos exigidos para companhias de capital aberto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

i- Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras da Companhia.

ii- Tributos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

iii- Imposto de renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

iv- Provisão para demandas administrativas e judiciais

A Companhia tem diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito em nota explicativa às demonstrações financeiras da Companhia. No processo de elaboração e revisão dessas provisões são considerados aspectos como a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, julga que essas provisões para risco tributáveis, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis no decorrer dos processos.

v- Prêmios a distribuir - cálculo de breakage

A receita de Breakage é determinada com base em cálculo de pontos que apresentam alto potencial de expiração devido a não utilização pelos participantes do Programa Dotz. O cálculo é aplicado sobre os pontos emitidos no período, considerando o valor original do saldo total dos pontos vendidos. O cálculo é feito através de análise estatística sobre o comportamento histórico da relação entre o total de pontos expirados e o total de pontos emitidos (breakage) com objetivo de definir um modelo preditivo com base nas safras fechadas, avaliando como esse indicador se comportou ao longo da vida da safra de ponto e suas particularidades.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)****i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 e/ou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e/ou nas Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e/ou nas Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e/ou nas Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são focados em fortalecer a plataforma de negócios construída ao longo dos anos e viabilizar novas formas de monetização dos dados coletados nela.

A Companhia protocolou na Comissão de Valores Mobiliários, em 18 de fevereiro de 2021, o pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de sua emissão. Em 12 de maio de 2021 a Companhia teve seu registro com companhia aberta concedido pela Comissão de Valores Mobiliários e em 13 de maio de 2021 a Companhia comunicou ao mercado a interrupção do pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de sua emissão.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente a Companhia utilizou como fonte para investimentos a geração própria de caixa bem como linhas de financiamento de curto e longo prazo contratadas nos últimos exercícios.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(a) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(b) Novos produtos e serviços

(iv) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia investiu nos últimos anos para fortalecer seu posicionamento no mercado de fidelidade por Coalizão, promover o processo de digitalização e modernização da plataforma e desenvolver novos produtos, tais como a Conta Dotz, o plug-in para plataforma de e-commerce e os cartões co-branded em parceria com Banco do Brasil e Banco Votorantim.

É fundamental que a Companhia continue investindo nestas frentes para oferecer serviços de qualidade tanto para os parceiros que atuam na plataforma como para os membros do Programa Dotz. A manutenção destes investimentos garante a posição diferenciada que a Companhia construiu ao longo dos anos.

(v) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(vi) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**(vii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Entre os exercícios de 2020 e 2018, a Companhia investiu R\$ 44,5 milhões na aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível, principalmente, para aprimoramento e digitalização da nossa plataforma e desenvolvimento novos produtos. Dentro os novos produtos, destaca-se a Conta Digital Dotz cujo investimento até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 22 milhões, entre desenvolvimento e despesas para operacionalização do negócio. Adicionalmente, no período de três meses findo em 31 de março de 2021, o investimento na aquisição de imobilizado e intangível totalizou R\$ 3.042 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da COVID-19 sobre a operação:

A Companhia adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo: (i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19; (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (iv) aprimoramento dos canais digitais de venda online e atendimento aos consumidores; e (v) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

Não obstante, neste momento, nem a Companhia nem sua Administração conseguem prever ou estimar precisamente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas por autoridades governamentais como medida preventiva.

Impactos de oscilações cambiais sobre a operação:

Alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira (dólar americano) podem fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos e/ou aumento dos passivos. Estes riscos estão concentrados em duas frentes:

Contas a pagar LoyaltyOne:

A Companhia detém um volume de operações em moeda estrangeira, representado essencialmente pelo saldo de contas a pagar decorrente da compra de participação da LoyaltyOne, no montante de R\$ 53.213 mil em 31 de março de 2021 (R\$ 48.616 mil em 31 de dezembro de 2020). A exposição cambial em 31 de março de 2021 é de US\$ 9,340,000.

Emissão de pontos do Programa de Fidelidade

Os pontos originados nas parcerias com instituições financeiras são majoritariamente atrelados ao dólar. Os emissores de cartão utilizam a cotação do dólar para conversão do volume de gastos em pontos, com isso quanto maior o câmbio, menor as emissões oriundas desta frente. Como os portfólios mais antigos, oriundos das parcerias com Banco do Brasil e Caixa Econômica, se enquadram neste modelo a Companhia pode sofrer oscilações no volume de emissões em decorrência de flutuações cambiais. As novas parcerias com instituições financeiras, como as de criação de cartões co-branded, procuram mitigar este risco ao adotar políticas de conversão de gastos em pontos que independem do câmbio.